

Congresso aprova

Política

Jornal de Brasília

pacote com 392 votos

Numa sessão muito tranquila, que durou quase quatro horas, o Congresso Nacional aprovou, ontem às 13h54, os Decretos-Leis nºs 2.283 e 2.284, que promoveram a reforma econômica. Votaram a favor 344 deputados e 48 senadores. Contra, um senador, Jaison Barreto (PDT-SC) e 13 deputados — quatro do PT e nove do PDT.

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, que veio ao Congresso para conversar com os parlamentares e também observar a votação, mostrou-se satisfeito com o resultado. O líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli (RS) declarou que o resultado comprova "em alto e bom som que deputados e senadores estão sintonizados com o povo". Por sua vez, o presidente interino do PMDB, senador Pedro Simon, também gaúcho, frisou que as duas sessões — ontem e quarta-feira passada — tornaram possível o aprofundamento dos debates sobre o pacote, como queria o PT.

Juntos, PT e PDT, que prometeram votar contra o pacote e obstruir a votação, possuem 32 deputados e um senador. No entanto, muitos parlamentares petistas votaram favoravelmente ao pacote como o deputado Elquissim Soares (BA), que frisou ao presidente do Congresso, senador José Fragelli, que votava sim, mas com restrições.

Dos vinte e sete deputados petistas apenas nove foram ao plenário proferir seu voto contra o pacote. Os restantes não compareceram ou votaram a favor, deixando o líder Matheus Schmidt insatisfeito. No PT apenas o deputado Luis Dulci (SP), cuja esposa teve, anteontem, problema cardíaco, não veio a Brasília. O restante da bancada — quatro deputados — votou não ao pacote.

A sessão começou com vinte minutos de atraso, pois o primeiro-secretário, senador Eneas Faria (PMDB-PR), decidiu aguardar a chegada de número suficiente de deputados para abrir a discussão final da matéria. As 10h20 começaram os debates com um pinga-fogo.

Em seguida, o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy do PT, foi o primeiro a encaminhar os debates finais. Foi seguido pelo senador pedetista Virgílio Távora (CE) e pelo líder do PDS na Câmara, deputado Bonifácio de Andrada (MG). Ambos declararam que os parlamentares de suas bancadas votariam sim ao pacote, mas protestaram contra o congelamento dos salários.

Gastone Righi, do PTB usou a tribuna para explicar que os petebistas auxiliaram na aprovação, mas que se reservaram o direito de apresentar projetos modificando o pacote. Protestou ante o fato do governo não ter ainda saneado o déficit da União e das estatais que, a seu ver, são as causas principais da inflação. Já o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), teve opinião contrária. Explicou que o principal agente realimentador da inflação é a dívida externa, que provoca uma sangria dos recursos nacionais em direção ao exterior.

O último a falar foi o primeiro-vice-líder do PMDB e do governo na Câmara, deputado Egídio Ferreira Lima (PE). Salientou que as medidas não nasceram de "um impulso impensado, mas de estudos e pesquisas".

As 12h05, o presidente José Fragelli, declarou estar aberta a votação. Imediatamente o deputado José Genoino (PT-SP) tentou começar o processo de obstrução. Mas a questão de ordem que levantou já havia sido feita anteriormente por um outro parlamentar, não sendo aceita pela Mesa. Desgostoso, e sentindo-se derrotado, o petista, voltou para seu lugar onde ficou apreciando junto a seus colegas de bancada o desenrolar da votação.

A apuração dos votos na Câmara foi tranquila, sem nenhum momento de suspense. Mas quando foi iniciada o do Senado, logo depois que os líderes votaram e Fragelli anunciava que a matéria estava aprovada, o senador Jaison Barreto pediu verificação de quorum. Mas Campos ficou quase toda a sessão junto à porta do plenário segurando seus colegas.